

ESPAÇOS DE LEITURA EM JORNAIS OITOCENTISTAS

Valdiney Valente Lobato de Castro (UFPA)

Germana Maria Araújo Sales (UFPA)

RESUMO: Enquanto lugar de memória, o arquivo conserva informações que servem de indícios para os pesquisadores repensarem as verdades estabelecidas. Essa concepção de arquivo embasada principalmente em Ricouer (2007), Le Goff (1984), Nora (1993), Foucault (2007) e Derrida (2001) pode nortear os estudiosos da circulação literária que ao mergulhar nas fontes primárias têm feito descobertas significativas para a construção do cenário em que as condições da leitura e da literatura se desenvolviam em nosso país, redesenhando a compreensão da formação não só do cânone, como também do próprio conceito de texto literário. A pesquisa realizada nos jornais cariocas da segunda metade do século XIX revelou diversas notícias sobre os frequentadores dos espaços de leitura mostrando um número expressivo de leitores, sendo as belas letras o assunto de maior interesse em quase todos os anúncios. Se por um lado isso revela o quanto a literatura era bem aceita pela sociedade oitocentista, por outro demonstra que o número de leitores da época não era tão reduzido como comumente se supõe.

Palavras-chave: Arquivo. Leitores. Jornais

1 – Sobre arquivos e pesquisa literária

Os estudos literários têm reproduzido dados influenciados pelas primeiras histórias literárias escritas nos idos do século XIX que ajudaram a entronizar alguns autores e obscurecer outros, a construir uma sistematização cronológica dos períodos literários, e ainda a propor uma definição de literatura. Muitas dessas concepções construíram impressões, alimentaram debates e resultaram em críticas que por anos conduziram o olhar do estudioso para autores e textos legitimados por essa herança.

No entanto, a ida aos arquivos para a pesquisa em fontes primárias pode não apenas ajudar a repensar essas concepções como também compreender como elas foram construídas, podendo ainda revelar dados importantes sobre o cenário sociocultural em

que nossa literatura foi gerada. Para tanto o conceito de arquivo precisa ser estendido para além do acúmulo de materiais preservados, mas sim como instalação de recordações, onde se encontram documentos diversos para preservar a memória coletiva.

É óbvio que a escassez do material arquivado representa apenas uma fragmentação, por isso é apenas vestígio do que existiu no passado, que podem servir de indícios para as interpretações dos pesquisadores, pois são relíquias por serem elementos residuais de histórias passadas. Paul Ricouer em sua obra *A memória, a história e o esquecimento* afirma que como o arquivo pode ser lido e consultado, ele serve como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro que cuidadosamente se tem distinguido do rastro cerebral e do rastro afetivo, a saber, o rastro documental (2007, p. 177). A aproximação dos termos vestígios, indícios, relíquias e rastros caracterizam os fragmentos residuais que se tem do passado, o que mais uma vez reforça a concepção de incompletude que todo arquivo, de qualquer forma, será.

Pode-se com isso criar um abismo entre o que o autor do documento quis dizer, as imagens que o documento representa e a leitura que os historiadores farão dele. Daí a necessidade de ampliar a compreensão do termo arquivo, sendo não apenas como um depósito de vestígios, mas também como um lugar de memória. Exatamente por isso que Jacques Le Goff (1984) relaciona os documentos a monumentos, visto serem heranças do passado, que carregam marcas da memória coletiva de um povo. Assim, ampliando o termo, os arquivos deixam de ser apenas um armazém de vestígios do passado para estarem atrelados ao conceito de memória; daí não ser entendido o arquivo apenas como um museu, mas sim como algo que perpassa pela subjetividade daquele que tenta desvendá-lo. São dados do esforço da sociedade que consciente ou inconscientemente guardam imagens, registros, indícios, vestígios, rastros (para usar os diferentes termos aqui mencionados) dos papéis sociais que eram (ou são) desenvolvidos. A recordação de muitos fatos do passado não existe mais, por isso é preciso de lugares de memória para manter a lembrança do que se acredita que já não existe, a fim de bloquear o esquecimento. Pierra Nora assim se refere ao tratar dos lugares de memória:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumados guardados nada mais faz do que levar a incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco a necessidade de construí-los. (NORA, 1993, p. 25)

Além de relacionar o arquivo ao esquecimento, mostrando que as memórias não são espontâneas, isto é, surgem de uma organização, de uma lembrança, a citação trata ainda das minorias, ao afirmar que na consulta aos arquivos é possível construir a memória dessas classes mesmo nas fontes guardadas para preservar as recordações das elites. Se os arquivos então são indícios para se repensar *as verdades de todos os lugares de memórias*, as fontes primárias da literatura como jornais, manuscritos, contratos e correspondências podem ajudar a refazer o caminho que levou a constituição de nossa literatura para, assim, não só repensar o cânone, como também compreender como se construiu a crítica e a história literária brasileiras.

No entanto, é preciso atentar que os arquivos não guardam uma verdade absoluta. Sobre isso, Foucault pondera:

Não entendo por esse termo a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder como documentos de seu próprio passado, ou como testemunho de sua identidade mantida; não entendo tampouco, as instituições que, em determinada sociedade, permitem registrar e conservar os discursos de que se ter lembrança e manter a disposição. Trata-se antes e, ao contrário, do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas seguindo o jogo das circunstâncias, que não sejam simplesmente a sinalização, no nível das performances verbais, do que se pôde desenrolar na ordem do espírito ou na ordem das coisas; mas que tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo, que em lugar de serem figuras adventícias e como que inseridas um pouco ao acaso, em processos mudos, nasçam segundo regularidades específicas, em suma, que se há coisas ditas – e somente estas –, não é preciso perguntar sua razão imediata às coisas que aí se encontram ditas ou aos homens que as disseram, mas ao sistema da discursividade, às possibilidades e às impossibilidades enunciativas que ele conduz (FOUCAULT, 2007, p. 54)

Para Foucault o arquivo está caracteriza-se pela ideia da discursividade: está marcado pelas escolhas daquele que seleciona, são discursos organizados. Ele rejeita tanto a concepção de arquivo como “soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder como documentos de seu próprio passado, ou como testemunho de sua identidade mantida quanto à compreensão de: instituições que em determinada sociedade, permitem registrar e conservar os discursos de que se tem lembrança e manter a livre disposição”. Com isso, o filósofo francês não apenas desmitifica o endeusamento que se tem atribuído aos arquivos de modo geral, como se opõe à própria ideia de arquivo como um lugar de autoridade e legitimidade, visto ser necessário investigar então quem selecionou os documentos, que ideologias eles representam e quais as negam, com que intuito eles foram arquivados, entre outras indagações.

A imersão no arquivo possibilita o derruir daquilo que a ciência erigiu, pondo a inteligência em alerta, mostrando a fraqueza de toda metodologia geral ou definição teórica prévia.

A concepção de que o arquivo guarda uma desconfiança perpassa também pela obra de Derrida que se opõe a compreensão do arquivo como um museu, lugar de guardar o que está esquecido, um artefato estático e fixo. Essa percepção considera como uma massa documental fixa e congelada baseada apenas no passado, sem que o presente e o futuro sejam pensados. Isso é o que integra a maior parte das instituições hoje: a preocupação apenas com o excesso de matéria, de material, de documentos e objetos. O filósofo francês Jacques Derrida é contra a ideia de conservatório, o que denomina de “mal de arquivo”. Ele se baseou na concepção de Freud em que memória é um traço, um arquivo, uma escritura, que para o psicanalista está associado a um estado de culpa. Derrida (2001) repensou esse conceito construindo uma relação entre a ideia de mal-estar e o arquivo, criando a partir daí, a concepção de mal de arquivo.

Esses lugares de memórias geram quase sempre o mal do arquivo: em que os documentos são tratados com um endeusamento, repletos de verdade e autoridade. É necessário – e Foucault mostra exatamente essa necessidade de tratar os documentos não como verdades absolutas, mas resultados de um processo discursivo – a presentificação da memória, a subjetividade, a reflexão.

Com essa desconfiança, os pesquisadores da circulação literária, ao se deter nas fontes primárias, têm se preocupado em investigar o suporte onde os textos literários foram originalmente publicados, por isso na análise dos periódicos oitocentistas, por

exemplo, há vários trabalhos sobre Paula Brito e Garnier, editores da época, traçando uma trajetória das edições por ele organizadas, a fim de investigar a razão por que escolheram determinadas publicações e como eram feitas. Além disso, a ideologia do suporte, a periodicidade, o número de assinantes e as províncias em que essas folhas circulavam possibilitam desenhar um perfil dos leitores da época.

Na tentativa de traçar um perfil da leitura e dos leitores do século XIX, os pesquisadores tem se voltado às folhas públicas e buscado indícios dessas memórias e com isso têm encontrado significativo material capaz de fazer repensar as verdades apresentadas pelas histórias literárias.

2 – As notícias sobre os espaços de leitura em jornais cariocas oitocentistas

Quando se buscam informações sobre a sociedade letrada do século XIX, os dados encontrados quase sempre a assinalam como reduzida e de pouca instrução, apesar desse século ser considerado determinante para a nossa independência literária. Essa negativa caracterização ganha ainda mais força quando se observam os dados colhidos no primeiro recenseamento geral do império realizado em 1872 e divulgado em 1876, que alarmou a população: dentre os 274.972 habitantes da cidade do Rio de Janeiro, apenas 99.485 sabiam ler e escrever, o que representa 63,8% de analfabetos. Já os dados censitários de 1890 sugerem um aumento: de 522.651 habitantes, 270.330 são alfabetizados, o percentual de analfabetismo reduziu para 48,3%.

Esses dados causaram tanto espanto na população que os principais jornais da Corte divulgaram o resultado. Dias depois, muitos artigos foram publicados em diferentes periódicos revelando a indignação de diversos representantes da sociedade carioca.

O jornal *A Imprensa Industrial*, em 25 de junho de 1877, assim se manifestou:

Quem compra livros é porque precisa deles, quem deles precisa é quem sabe ler, e os que sabem ler são poucos.
Não é questão para se submeter a preceitos da ciência econômica; resolve-se pela estatística geral do Império.
Em poucas palavras diz-se tudo:
Não sabemos ler:
A alma enluta-se perante esta triste verdade, as faces coram de vergonha, mas a realidade é essa. (*A Imprensa Industrial*, 1877, pp 761-4)

No entanto, Maria Arisnete Câmara de Moraes (1996) afirma que:

181.583 mil habitantes ficavam de fora nesse levantamento uma vez que o grau de instrução dessas pessoas não constava dos quadros gerais. E constata-se também que, tanto no censo de 1870 quanto no de 1890, a população não foi discriminada por idade relativamente ao grau de instrução. (MORAIS, 1996, p. 38)

É muito provável que muitos habitantes tenham ficado fora do censo, até porque o longo tempo gasto na coleta das informações não conseguia alcançar o fluxo intenso de movimentação na capital, tendo o cais como principal porto de entrada para novos habitantes e as ferrovias como meio para o deslocamento às demais cidades. Essa movimentação na capital fluminense ocorria com a intensa chegada de imigrantes: alemães e italianos proliferavam no porto enquanto as estradas de ferro traziam estudantes das mais distantes províncias do país.

Além disso, o recenseamento não contabilizou os instruídos fora do ambiente escolar e a educação informal, feita no espaço doméstico pela família ou por uma preceptora era uma prática muito comum na época. Como não havia legislação adequada, ordinariamente pessoas mais instruídas abriam espaços para ensinar as lições primárias, daí anúncios, como o apresentado abaixo, extraído do *Jornal do Comércio* de 01 de janeiro de 1860 eram recorrentes nos periódicos da época:

PROGRAMMA
AULA DE INSTRUÇÃO PRIMARIA
REGIDA HA 16 ANNO5 PELO PROFESSOR
CUSTODIO MARCOS MAIRA
66 RUA DA ASSEMBLÉA 66

1.º Ensinar-se nesta aula a ler, escrever, contar, até quebrados, e proporções, doutrina christã, e analyse grammatical da lingua portugueza, fornecendo o professor papel, pennas e tinta, pela mensalidade de seis mil réis.

2.º A mensalidade é paga sempre em trimestres adiantados, sem excepção de pessoas contando se com zeros por inteiro, sem desconto algum de dias, ainda que o discipulo se matricule depois de começado o mez, ou quando por qualquer motivo deixe de frequentar parte dello.

3.º O ensino dura cinco horas completas; principian lo ás 9 horas da manhã, e acabando ás 2 horas da tarde.

4.º Só são feriados (além dos domingos e dias santos) os dias de carnaval, cinza, semana santa, 7 de Setembro, 2 de Novembro, 2 de Dezembro, e ferias do Natal.

Anúncios como esse abundam nos jornais cariocas oitocentistas revelando o quanto a leitura era tema de interesse para a sociedade da época.

Se esses argumentos sugerem que o número de leitores era maior do que o apresentado pelos dados censitários, é possível questionar a verdade - para lembrar a citação de Pierre Nora (1993) - do arquivo institucional. Obviamente com isso desautoriza-se e deslegitima-se o valor do arquivo e passa-se ao processo de desentronizar o endeusamento atribuído a essas informações, conforme sugeriu Foucault (2007). Nesse processo outros documentos devem ser investigados para colher indícios do percurso dos leitores do século XIX. Os periódicos adéquam-se perfeitamente a essa proposta por apresentarem notícias dos visitantes dos espaços de leitura.

Abaixo, há dois anúncios divulgando os números de freqüentadores da Biblioteca Nacional, ambos colhidos no *Diário de Notícias*:

Durante o trimestre findo foi a secção de impressos da Bibliotheca Nacional frequentada por 4.223 leitores, que consultaram 4.977 obras : sendo em bellas-lettras 1.063, jornaes e revistas 1.022, mathematicas 711, sciencias naturaes 660, sciencias medicas 567, historia e geographia 420, annaes e relatorios 130, sciencias juridicas 145, artes 87, almanaks 83, philosophia 51, theologia 21, biographia 18; escriptas em portuguez 2.820, francez 1.857, italiano 102, latim 101, inglez 81, hespanhol 2 e tupy 2. A secção de estampas teve 31 consultadores e a de manuscritos 28.

Diário de Notícias, 09.10.1886

Durante os doze dias em que funcionou no mez de dezembro proximo passado, foi a Bibliotheca Nacional frequentada por 721 leitores, que consultaram 963 obras, sendo : em bellas-lettras, 326; historia e geographia, 130, sciencias mathematicas, 158; sciencias naturaes, 20; sciencias medicas, 35; sciencias juridicas, 57; sciencias sociaes, 55; theologia, 2; philosophia, 2; artes, 44; relatorios, 18; almanachs, 1; jornaes e revistas, 108. Escripitas: em portuguez, 679; francez, 25; latim 6; allemão 1; italiano, 3; hespanhol 24; grego, 2.

Diário de Notícias, 02.02.1893

O anúncio de 1886 apresenta os dados do trimestre de julho a setembro: as 4.223 pessoas que desfrutaram do acervo consultaram 4.977 obras, sendo 1.063 destinadas às belas letras. Já na notícia de 1893, referente a apenas doze dias de dezembro, a Biblioteca Nacional recebeu 721 leitores que consultaram 963 obras, sendo 326 de belas letras. Interessante destacar ainda o domínio que havia de outros idiomas, fruto tanto da chegada de imigrantes, o que justifica a procura por obras em alemão e em italiano, quanto da formação escolar da sociedade da época. Vale acrescentar que no Colégio D. Pedro II, fundado em 1837, havia entre as disciplinas do currículo, o estudo do grego, como revelou a pesquisa de Roberto Acízelo apresentada no livro *O Império da Eloquencia: retórica e poética no Brasil oitocentista* (1999).

A Biblioteca Nacional começou o seu acervo com os livros que vieram na viagem da corte portuguesa e por um tempo demorou a fazer renovação no material disponível aos leitores, o que afastava os frequentadores. Outro problema era o horário para a visitação: funcionava apenas das 9 às 14 horas, período inconveniente para a maior parte da clientela que apenas após o trabalho tinha tempo disponível. Outro fator ruim era o público a que se destinava: somente podiam visitar pessoas pertencentes à elite cultural da época, como mostra o trecho de Nelson Schapochnik (2008), ao caracterizar os frequentadores do ambiente:

Seu acervo era um tesouro polivante composto por manuscritos, incunábulo e livros das mais distintas ordens do saber. Além do livre acesso ao estabelecimento a instituição disponibilizava papel e tinta para os frequentadores. O público prefigurado pelos administradores deveria ser composto por eruditos e sábios. Lamentavelmente, as práticas efetivas dos leitores que a frequentavam permitem constatar o grau de idealização formulado pelo bibliotecário (SCHAPOCHNIK, 2008, p. 161)

No entanto, no final do século, época das duas notícias, a Biblioteca Nacional já vinha fazendo atualização no acervo, o que pode ter despertado o interesse do público, como se percebe pelo número de visitantes.

O interesse pela leitura das belas letras não transparece apenas nas notícias da Biblioteca Nacional. Abaixo, na divulgação dos leitores da Biblioteca do Exército e da Biblioteca da Marinha, a literatura também é o assunto preferido:

A biblioteca do exercito, durante 21 dias e 21 noites do mez de Maio findo, foi frequentada por 341 leitores, sendo 144 officiaes, 92 praças do pret e 105 paisanos, que consultaram 172 obras, a saber : sciencias philosophicas 7, physicas e naturaes 8, mathematicas 12, historia e geographia 9, arte militar 23, dictionarios e encyclopedias 11, linguistica 14, legislação e administração 19 e litteratura em geral 69 ; nas linguas : portugueza 109, franceza 43, hespanhola 4 e ingleza 16.
Foram igualmente consultados 109 revistas e jornaes scientificos, litterarios e artisticos, mappas e estampas nacionaes e estrangeiros.

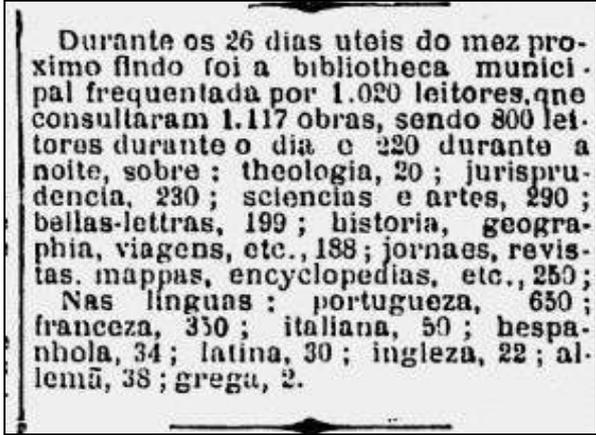
Diário de Notícias, 08.07.1888

Durante a 2ª quinzena do mez de dezembro do anno findo e a 1ª do mez de janeiro ultimo foi a Bibliotheca da Marinha frequentada por 471 pessoas, sendo 167 visitantes do musen e 304 leitores, que consultaram 330 obras, sobre : bellas lettras 66, mathematicas 26, sciencias naturaes 19, philosophia 16, marinha, 12, bellas-artes 10, arte militar 6, astronomia 4, jurisprudencia 3, geographia 2 e historia universal 2.
Foram igualmente consultadas 164 jornaes e revistas scientificas, litterarias e artisticas, sendo nr lingua portugueza 162, franceza 86, ingleza 40, italiana 3, hespanhola 16 e allemão 3.

Diário de Notícias, 02.02.1893

Os 341 leitores da biblioteca do exército consultaram 172 obras, sendo 69 de literatura. Já na biblioteca da marinha, os 304 leitores examinaram 330 livros, sendo 66 de belas letras. Nos dois casos, a literatura novamente é o assunto mais procurado e é importante destacar que na biblioteca do exército a maior parte dos leitores são os oficiais, o que mostra como a literatura não era interesse apenas das mulheres desocupadas e dos jovens estudantes, como geralmente se supõe. Além disso, esse arquivo funciona em tempo integral, facilitando a leitura para os oficiais que estivessem de serviço. Relevante ainda perceber a qualidade do acervo disponível: livros, jornais e revistas em vários idiomas e de diversos assuntos podiam ser consultados pelos oficiais.

Abaixo, um anúncio retirado do *Diário de Notícias* revela a quantidade de visitantes da Biblioteca Municipal:



Durante os 26 dias uteis do mez proximo findo foi a bibliotheca municipal frequentada por 1.020 leitores, que consultaram 1.117 obras, sendo 800 leitores durante o dia e 220 durante a noite, sobre : theologia, 20 ; jurisprudencia, 230 ; sciencias e artes, 290 ; bellas-lettras, 199 ; historia, geographia, viagens, etc., 188 ; jornaes, revistas, mappas, encyclopedias, etc., 250 ; Nas linguas : portugueza, 650 ; franceza, 330 ; italiana, 50 ; hespanhola, 34 ; latina, 30 ; ingleza, 22 ; allemã, 38 ; grega, 2.

Diário de Notícias, 02.02.1893

Nos 26 dias úteis de janeiro, a biblioteca foi visitada por 1.020 leitores que consultaram 1.117 obras, sendo 199 de belas letras. O grande diferencial da Biblioteca Municipal é o horário de funcionamento: o expediente noturno atrai um número significativo de visitantes. Diferente da Biblioteca Nacional, a Municipal oferece acervos mais atualizados, o que explica o interesse por assuntos científicos e jurídicos, provavelmente devido a capital fluminense receber uma grande quantidade de jovens estudantes vindos de outras partes do país, mas independente do assunto, o interesse pela leitura é evidente. Além das bibliotecas, outro espaço procurado pela população era o Gabinete de Leitura, como se nota no anúncio abaixo, extraído também do *Diário de Notícias*:

O movimento da biblioteca do Gabinete Portuguez de Leitura, durante o mez de janeiro, foi de 1.081 volumes, sendo 554 saídos e 527 entrados, a saber:
Em portuguez, 359; em francez, 122.
• Foi frequentada a biblioteca por 285 leitores e 229 visitantes, tendo recebido 57 volumes diversos por offeria.

Diário de Notícias, 02.02.1893

Os gabinetes de leitura eram espaços que dispunham de livros tanto para ser lidos em salas individuais quanto para empréstimos e no anúncio há uma movimentação de mais de mil volumes em apenas um mês. Nelson Schapochnik (1999) estudou a implantação e a composição do acervo de alguns espaços destinados à leitura no Rio de Janeiro no século XIX, no período entre 1844 e 1861, e revela a existência de oito gabinetes contendo livros de assuntos variados, o que atraía um público diversificado, oriundo de diferentes classes sociais, revelando, com isso, a inserção de um novo contingente de leitores, no cenário da leitura na capital fluminense.

Se os gabinetes e as bibliotecas proliferavam na cidade, o mesmo acontece com as livrarias. Segundo Laurence Hallewell (1995) existiam apenas duas livrarias em 1808 e em 1816 já havia doze. Em 1870, havia cerca de trinta e em 1890, quarenta e cinco. Obviamente que o termo “livraria” para designar os primeiros locais de venda é muito generosa, porque o livro é apenas um dos artigos que são vendidos, visto que junto com ele, na maior parte das vezes, são comercializados chapéus, charutos, bengalas, louças finas, tecidos, entre outras variedades, mas no final do século as livrarias localizadas quase todas na famosa Rua do Ouvidor eram locais frequentados pela elite cultural da época.

3 – Para (des) arquivar o assunto

Vários outros espaços de leitura se desenvolveram na capital fluminense nesse período, resultado de uma sociedade em ascensão que paulatinamente se libertava dos domínios portugueses e trilhava seu próprio caminho, embebedando-se das influências de outras metrópoles européias que chegavam a todos os instantes e se imiscuíam em uma terra ávida por novidades estrangeiras.

Com a leitura não era diferente, a busca por livros de vários assuntos e de idiomas diferentes desarquivam a imagem já consagrada de um público leitor leigo e ao se considerar que os dados apresentados nas imagens colhidas no jornal referem-se a apenas algumas bibliotecas e um gabinete de leitura, quando, efetivamente, existiam muitos outros ambientes, a concepção de um número modesto de leitores também precisa ser repensada.

Mesmo os registros oficiais minimizando a quantidade de leitores, é preciso, então, desconfiar dos arquivos tanto pela quantidade de visitantes a freqüentar os espaços de leitura como vimos quanto pelo crescente número de periódicos rotativos na cidade, tema cada vez mais investigado pelos estudiosos da circulação literária, que ao analisar as fontes primárias tem contribuído para reconstruir nosso passado literário.

Referências

DERRIDA, J. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: sua história**. São Paulo: T. A Queiroz, Edusp, 1985

LE GOFF, Jacques. Memória. In: ROMANO, Ruggiero (dir.) **Enciclopédia Einaudi**. Porto, Imprensa Nacional, v. I, 11-50, 1984

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. **Leituras Femininas no Século XIX (1850-1900)**. (Tese de Doutorado) Campinas: UNICAMP, 1996.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

RICOUER, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007

SCHAPOCHNIK, Nelson. **Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial**. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 1999.

SOUSA, Roberto Acízelo de. **O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.